

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**DIREITO CONSTITUCIONAL****Questão 11**

A respeito de comissões parlamentares de inquérito (CPI), assinale a opção correta.

- Ⓐ Apesar de ter como objetivo a apuração de fato determinado, a CPI pode investigar fatos novos, que tenham derivado do fato originário e que a ele estejam relacionados.
- Ⓑ A instalação de uma CPI se submete ao juízo discricionário do presidente da casa legislativa na qual ela será instalada.
- Ⓒ CPI podem decretar tanto a busca e apreensão pessoal quanto a busca e apreensão domiciliar.
- Ⓓ A maioria simples dos membros da casa legislativa pode impedir a instauração de CPI.
- Ⓔ Governador pode ser obrigado a depor em CPI instaurada no Congresso Nacional.

Questão 12

De acordo com a repartição de competências prevista na vigente Constituição da República, a União, os estados federados e o DF têm competência concorrente para legislar sobre

- Ⓐ a organização do sistema nacional de emprego.
- Ⓑ trânsito e transporte.
- Ⓒ jazidas e minas.
- Ⓓ previdência social, proteção e defesa da saúde.
- Ⓔ a seguridade social.

Questão 13

Atendidos os pressupostos de relevância e urgência, o presidente da República pode adotar medidas provisórias que versem sobre matéria relativa a

- Ⓐ garantia dos membros do Ministério Público.
- Ⓑ partidos políticos.
- Ⓒ direito processual civil.
- Ⓓ lei orçamentária anual.
- Ⓔ abertura de crédito extraordinário.

Questão 14

Os atos de competência privativa do presidente da República que podem ser delegados aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União incluem a

- Ⓐ convocação do Conselho da República.
- Ⓑ concessão de condecorações e distinções honoríficas.
- Ⓒ concessão de indulto e comutação de penas.
- Ⓓ nomeação de ministros do TCU.
- Ⓔ remessa de mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Questão 15

Conforme o texto constitucional, as hipóteses de perda ou suspensão de direitos políticos incluem

- Ⓐ a recusa de cumprimento de obrigação constitucional a todos imposta, realizada ou não prestação alternativa.
- Ⓑ a condenação criminal transitada em julgado apenas quando tenha sido aplicada pena privativa de liberdade.
- Ⓒ a prática de ato de improbidade administrativa.
- Ⓓ a ausência de renúncia ao mandato, pelo presidente da República, até seis meses antes do pleito de outro cargo a que e ele pretenda concorrer.
- Ⓔ o cancelamento da nacionalidade brasileira por ato do secretário nacional de Justiça.

Questão 16

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988 (CF) e com o entendimento do STF, os legitimados para a propositura de ADI incluem

- Ⓐ a entidade de classe de âmbito nacional que possua associados em pelo menos sete estados-membros.
- Ⓑ o governador de estado, ainda que ele esteja afastado cautelarmente de suas funções.
- Ⓒ o conselho seccional da OAB.
- Ⓓ o diretório municipal de partido político.
- Ⓔ a mesa de assembleia legislativa, desde que demonstrada a pertinência temática.

Questão 17

À luz das disposições constitucionais e legais sobre as súmulas vinculantes, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em qualquer caso, o procurador-geral da República deverá manifestar-se previamente à edição de súmula vinculante.
- Ⓑ O enunciado de súmula do STF terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, a partir da sessão em que for aprovada a sua edição.
- Ⓒ Para a edição de súmula vinculante, exige-se decisão de um terço dos membros do STF.
- Ⓓ Os tribunais estaduais e os TRF são legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de súmulas vinculantes.
- Ⓔ O município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, procedimento que acarretará a suspensão do processo.

Questão 18

A CF permite expressamente aos juízes

- Ⓐ dedicar-se à atividade político-partidária.
- Ⓑ exercer, desde que esteja em disponibilidade, outra função pública.
- Ⓒ exercer advocacia no juízo ou tribunal do qual tiver se afastado por aposentadoria ou exoneração, desde que já decorridos pelos menos dois anos do afastamento do cargo.
- Ⓓ receber, desde que a título gratuito, contribuições de pessoas físicas.
- Ⓔ cumular o exercício da magistratura com o de cargo público de magistério.

Questão 19

De acordo com as disposições constitucionais, a lei orçamentária anual (LOA) terá de conter

- Ⓐ anexo com previsão de agregados fiscais para o exercício a que se refira e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes.
- Ⓑ condições para a instituição e o funcionamento de fundos.
- Ⓒ orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- Ⓓ alterações na legislação tributária.
- Ⓔ critérios para a execução equitativa das programações financeiras.

Questão 20

O estado de Sergipe, em conformidade com sua Constituição, poderá intervir no município quando

- A não houver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção do ensino.
- B não houver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção da saúde.
- C deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por três anos consecutivos, a dívida fundada.
- D não forem recolhidos, por seis meses, aos órgãos da previdência social, os valores descontados em folha dos servidores municipais.
- E forem praticados atos de corrupção na administração municipal.

DIREITO CIVIL**Questão 21**

De acordo com a legislação brasileira, são absolutamente incapazes

- A os menores de dezesseis anos de idade.
- B os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos de idade.
- C os pródigos.
- D os ébrios habituais.
- E os viciados em tóxicos.

Questão 22

Acerca do instituto da prescrição, assinale a opção correta.

- A Os prazos de prescrição podem ser alterados consensualmente pelas partes.
- B A prescrição somente pode ser interrompida pelo autor da ação.
- C A alegação da prescrição pela parte que dela se aproveita somente pode ser alegada em primeiro grau de jurisdição.
- D A interrupção da prescrição poderá ocorrer diversas vezes no processo.
- E A prescrição iniciada contra uma pessoa se estende ao seu sucessor.

CONTABILIDADE GERAL**Questão 23**

Assinale a opção cujo evento descrito provoca uma redução imediata do valor do patrimônio líquido de uma sociedade anônima, sem, contudo, causar, qualquer efeito concomitante em contas de resultado.

- A baixa de valores positivos registrados na conta ajustes de avaliação patrimonial, em função da venda definitiva dos ativos originadores desses valores
- B aquisição de ações de emissão própria
- C incorporação de reservas de lucros ao capital social
- D ágio na emissão de novas ações
- E reconhecimento de provisão passiva

Questão 24

Segundo a legislação societária, deve ter o seu valor justo representado pelo preço pelo qual possa ser repostado, mediante compra no mercado,

- A a mercadoria para revenda.
- B a matéria-prima.
- C o imóvel destinado à venda.
- D o instrumento financeiro classificado no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.
- E o investimento.

Questão 25

De acordo com as normas brasileiras de contabilidade, os gastos incorridos por uma empresa na busca de alternativas para melhorar a produtividade das máquinas utilizadas na fabricação dos seus produtos devem ser reconhecidos a débito de

- A uma conta do ativo imobilizado.
- B uma conta do ativo intangível.
- C uma conta de despesa.
- D outros resultados abrangentes.
- E despesas antecipadas.

Questão 26

Uma companhia encomendou máquinas industriais de grande porte, destinadas à fabricação de seus produtos, e efetuou um adiantamento em dinheiro ao fornecedor, por conta do valor previamente contratado entre as partes. O contrato estabelece a entrega da encomenda no prazo máximo de doze meses.

Nessa situação hipotética, o registro a ser efetuado pela companhia, em contrapartida ao lançamento na conta caixa, decorrente do adiantamento concedido ao fornecedor das máquinas industriais, deverá ser um

- A débito em conta do ativo imobilizado.
- B crédito em conta do ativo imobilizado.
- C débito em conta retificadora do passivo circulante.
- D débito em conta do ativo circulante.
- E crédito em conta do ativo circulante.

Questão 27

A empresa comercial X adquiriu 10.000 unidades de mercadorias para revenda, tendo incorrido nos seguintes gastos.

Preço de compra, por unidade: R\$ 5,00.

ICMS embutido no preço de compra, por unidade: R\$ 0,80.

Gasto total com o frete das mercadorias adquiridas: R\$ 200,00.

Gasto total com o armazenamento das mercadorias adquiridas: R\$ 1.000,00.

Gasto total com a comercialização das mercadorias adquiridas: R\$ 800,00.

A empresa X revendeu a seus clientes todas as unidades adquiridas.

Nessa situação hipotética, o custo das mercadorias vendidas totalizou

- A R\$ 42.000,00.
- B R\$ 42.200,00.
- C R\$ 50.200,00.
- D R\$ 51.200,00.
- E R\$ 52.000,00.

Questão 28

Assinale a opção cujo evento descrito deve ser reconhecido contabilmente como despesa quando de sua ocorrência.

- A Amortização de parcela do valor do principal de um empréstimo obtido em uma instituição financeira.
- B Juros embutidos no valor de mercadorias adquiridas para pagamento no prazo de dois anos.
- C Adiantamento de recursos em favor de prestadores de serviços.
- D Constatação de que um bem do ativo imobilizado tornou-se incapaz de gerar benefícios econômicos para a entidade antes do final de sua vida útil estimada.
- E Dividendos mínimos obrigatórios atribuíveis aos acionistas preferenciais.

Questão 29

Os eventos cujo efeito uma sociedade anônima terá de apresentar por meio de uma conta retificadora no seu balanço patrimonial incluem a

- I constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- II aquisição de ações de emissão própria.
- III constituição de provisão para ajustes por perdas no valor recuperável de ativos.
- IV constituição de provisão para riscos fiscais.
- V constituição de provisão para perda por redução no valor realizável líquido de ativos.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B III e IV.
- C I, IV e V.
- D I, II, III e V.
- E II, III, IV e V.

Questão 30

A legislação societária estabelece que as participações de terceiros no lucro das sociedades por ações sejam determinadas sucessivamente, seguindo uma determinada ordem, de modo que alguns beneficiários tenham a sua participação calculada com base nos lucros que remanescerem depois de deduzida a participação anteriormente calculada para outros beneficiários. Nesse sentido, considerando o disposto na legislação societária, entre os beneficiários apresentados nas opções a seguir, aquele que detém a prioridade no cálculo do valor da sua participação no lucro gerado por uma sociedade por ações é

- A o administrador.
- B o fundo de assistência ou previdência de empregados.
- C o acionista minoritário.
- D o empregado.
- E a parte beneficiária.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 31**

A empresa GX1, que tem sede e domicílio tributário no município de Aracaju – SE, atua no ramo de locação de veículos automotores para clientes nos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia. Embora a GX1 seja sediada em Sergipe, os veículos por ela locados são licenciados no município de Londrina – PA.

Nessa situação hipotética, de acordo com a delimitação constitucional da repartição de receitas tributárias e com a jurisprudência do STF, a competência para exigir o IPVA sobre os veículos de propriedade da empresa GX1 será

- A apenas do estado do Paraná.
- B apenas do estado de Sergipe.
- C dos estados do Paraná e de Sergipe, concorrentemente.
- D dos estados de Sergipe, Alagoas, Bahia e Paraná, concorrentemente.
- E dos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia, concorrentemente.

Questão 32

A lei complementar corresponde a um processo técnico, adotado formalmente pelo direito brasileiro, de integração ou contenção de eficácia de normas constitucionais.

José Souto Maior Borges. **Lei complementar tributária**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975, p. 55.

Tendo a citação doutrinária anterior como referência inicial e considerando a jurisprudência do STF a respeito do papel da lei complementar e da lei ordinária no direito tributário brasileiro, assinale a opção correta.

- A É constitucional a instituição do ITCMD por lei estadual sem que seu fato gerador tenha sido definido por lei complementar prévia.
- B É constitucional lei estadual que preveja a responsabilidade solidária do sócio não administrador por débitos da pessoa jurídica.
- C É inconstitucional lei estadual que preveja a dação de bens móveis como causa de extinção do crédito tributário.
- D É constitucional lei estadual que estabeleça responsabilidade de qualquer pessoa que concorra ou intervenha para infração tributária, como advogados ou consultores.
- E É inconstitucional lei estadual que preveja isenção de ICMS nas operações entre cooperativas.

Situação hipotética 1A5-I

A empresa Alfa-X Ltda., administrada pelo sócio-gerente Túlio, teve lavrado contra si auto de infração de ICMS em 2017, acompanhado de multas moratória e punitiva. O auditor responsável verificou que a empresa efetuou várias operações de venda de produtos com preço superior ao registrado na nota fiscal.

Após a lavratura do citado auto de infração, a empresa foi incorporada em 2018 pela Beta-Y Ltda., que prosseguiu na exploração do objeto social, tendo Túlio e os demais sócios da Alfa-X se retirado do quadro social.

No ano de 2019, a procuradoria-geral do estado promoveu execução fiscal do crédito tributário relativo ao auto de infração de 2017 contra a empresa Beta-Y, nessa oportunidade administrada pelo sócio-gerente Mauro. Após diligências na tentativa de citar a empresa, o oficial de justiça certificou a informação de que a empresa Beta-Y não mais funcionava no domicílio fiscal declarado.

Questão 33

De acordo com a situação hipotética 1A5-I, quanto ao crédito tributário constituído contra a empresa Alfa-X, é correto afirmar que a empresa Beta-Y

- A é responsável pelo crédito relativo ao ICMS e também pelas multas moratória e punitiva.
- B é responsável pelo crédito relativo ao ICMS e à multa moratória, mas não à multa punitiva.
- C é responsável apenas pelo crédito relativo ao ICMS, visto que as multas são de responsabilidade pessoal de Túlio.
- D não é responsável por quaisquer créditos, os quais são de responsabilidade pessoal de Túlio.
- E é responsável pelo crédito relativo ao ICMS e às multas punitiva e moratória, esta apenas a partir da incorporação, em 2018.

Questão 34

Ainda considerando a situação hipotética 1A5-I, assinale a opção correta, a respeito da responsabilidade tributária dos sócios das pessoas jurídicas Alfa-X e Beta-Y.

- Ⓐ Túlio não poderia ser responsabilizado pessoalmente ao tempo do lançamento.
- Ⓑ Túlio e Mauro são devedores solidários por quaisquer débitos da empresa Alfa-Y.
- Ⓒ Túlio poderia ser responsabilizado pela dissolução irregular da empresa Beta-Y.
- Ⓓ Mauro poderia ser responsabilizado pela dissolução irregular da empresa Beta-Y apenas quanto aos tributos cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 2019.
- Ⓔ Mauro poderia ser responsabilizado pela dissolução irregular da empresa Beta-Y inclusive quanto ao auto de infração de 2017.

Questão 35

Preocupados com o curso da guerra fiscal de ICMS entre os estados, quarenta e um senadores da República apresentaram projeto de resolução com o seguinte texto:

Art. 1.º As alíquotas internas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) observarão os seguintes limites:

I - mínimo de 10% (dez por cento);

II - máximo de 30% (trinta por cento).

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O projeto foi aprovado com o voto favorável de sessenta senadores e promulgado pelo presidente da Casa.

Considerada a disciplina constitucional das fontes do direito tributário, é correto afirmar que a resolução objeto da situação hipotética em apreço é

- Ⓐ integralmente constitucional, porque é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas e máximas de ICMS em quaisquer operações, inclusive internas.
- Ⓑ formalmente inconstitucional, porque o estabelecimento de alíquotas mínimas e máximas de ICMS somente pode se dar por lei complementar.
- Ⓒ formalmente inconstitucional, porque não foi observado o *quorum* constitucional para aprovação da resolução.
- Ⓓ parcialmente inconstitucional, porque resolução do Senado Federal não pode estabelecer limite máximo de alíquota de ICMS de forma genérica.
- Ⓔ formalmente inconstitucional, porque não foi observada a iniciativa privativa do presidente da República.

Questão 36

A respeito dos princípios constitucionais e das limitações ao poder de tributar, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não viola o princípio da igualdade a cobrança de ICMS nas operações nacionais de transporte aéreo de cargas quando as operações internacionais são isentas.
- Ⓑ A antecipação por decreto da data de recolhimento do ICMS devido no desembaraço aduaneiro viola o princípio da legalidade.
- Ⓒ A postergação do direito do contribuinte do ICMS de usufruir de novas hipóteses de creditamento não se sujeita à anterioridade nonagesimal.
- Ⓓ A instituição de adicional de ICMS destinado a fundo estadual de combate à pobreza é uma exceção ao princípio da anterioridade.
- Ⓔ A fixação da base de cálculo do IPVA não se sujeita à observância do princípio da anterioridade.

Questão 37

Em determinado estado da Federação, instrução normativa do secretário da Fazenda demanda a apresentação mensal da Guia de Informação e Apuração de ICMS (GIA) por intermédio de programa específico da Secretaria de Estado da Fazenda.

Ocorre que, em virtude de problemas contratuais da secretaria com seu fornecedor de serviços de tecnologia da informação, tornou-se frequente a indisponibilidade do sistema por longos períodos. Quando se dava a indisponibilidade, as autoridades fiscais aceitavam que os contribuintes apresentassem a GIA em formato físico nos postos de fiscalização do estado. Essa prática foi reiterada em 2018, 2019 e 2020.

Em janeiro de 2021, durante um episódio de indisponibilidade do sistema, a empresa Gama-W apresentou a respectiva GIA em formato físico no posto de fiscalização local. No mês seguinte, essa empresa foi surpreendida com a intimação de auto de infração, com a imposição da cobrança de penalidade pecuniária em virtude da ausência de entrega da GIA em janeiro por intermédio do sistema específico, bem como de acréscimo de juros de mora sobre o valor de ICMS apurado.

Nessa situação hipotética, a lavratura do auto de infração foi

- Ⓐ correta, visto que o princípio da legalidade veda a dispensa pela administração de obrigações acessórias estabelecidas pela legislação tributária.
- Ⓑ incorreta, porque a validade contratual da conduta do fornecedor de serviços de tecnologia da informação influencia na identificação do fato gerador.
- Ⓒ incorreta, pois a observância da prática reiterada da secretaria exclui a imposição de penalidade e cobrança de juros.
- Ⓓ parcialmente correta, porque a conduta da empresa constitui denúncia espontânea que exclui a imposição de penalidade pecuniária, mas não a cobrança de juros.
- Ⓔ incorreta, porque instrução normativa do secretário da Fazenda não pode estabelecer obrigação tributária acessória.

Questão 38

A respeito do regime jurídico tributário das taxas, assinale a opção correta.

- Ⓐ É constitucional a destinação da receita de custas e emolumentos judiciais a fundo do Poder Judiciário, a seccional estadual da OAB e à respectiva caixa de assistência dos advogados.
- Ⓑ É constitucional a instituição pelos estados de taxa a ser satisfeita por sociedade seguradora, tendo em conta atendimento, no âmbito do SUS, de vítima de sinistro coberto pelo DPVAT.
- Ⓒ O pedágio cobrado pela efetiva utilização de rodovias conservadas pelo poder público tem natureza jurídica de taxa de serviço público.
- Ⓓ É inconstitucional a instituição pelos estados de taxa de polícia sobre a atividade de exploração de recursos hídricos em seu território.
- Ⓔ É constitucional a instituição pelos estados de taxa para a expedição por órgão de segurança pública de alvarás de funcionamento de estabelecimentos que fabriquem, transportem ou comercializem armas de fogo.

Questão 39

A sociedade empresária XYZ-2, produtora de cigarros, constituída sob a forma de sociedade por ações, com receita bruta anual de R\$ 500.000, com débitos na fazenda pública estadual e no INSS, buscando simplificar a gestão tributária, considerados os recolhimentos habituais de ISS, ICMS, IPI e IOF, formalizou pedido de adesão ao Simples Nacional.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei Complementar n.º 123/2006 e a jurisprudência do STF,

- A** a receita bruta anual demonstrada pela empresa é fator impeditivo de adesão ao Simples Nacional, considerados os limites definidos na legislação de regência.
- B** a existência de débitos exigíveis pelo fisco estadual e pelo INSS não é fator legítimo para impedir a adesão ao Simples Nacional.
- C** a constituição da sociedade empresária sob a forma de sociedade por ações não a impede de aderir ao tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar n.º 123/2006.
- D** a atividade exercida pela sociedade empresária, no caso, a produção de cigarros, é compatível com o regime tributário do Simples Nacional.
- E** entre os tributos mencionados de recolhimento habitual da empresa, apenas o IOF não é contemplado pelo regime do Simples Nacional.

Questão 40

À luz do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do STF, assinale a opção correta acerca de certidões negativas.

- A** A adoção unilateral pela União de nova sistemática para a certidão de regularidade fiscal, que aponte novas obrigações impeditivas da sua expedição, não exige que seja oportunizada ao estado-membro a possibilidade de se pronunciar sobre as novas exigências anteriormente à decisão de indeferimento da certidão.
- B** A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a fazenda pública, responsabiliza funcionalmente o funcionário que a expedir, em relação ao crédito tributário, com prejuízo da responsabilidade criminal.
- C** É possível ao município obter certidão positiva de débitos com efeito de negativa, ainda que a respectiva câmara municipal possua débitos com a fazenda nacional, considerado o princípio da intranscendência subjetiva das sanções financeiras.
- D** Tem os mesmos efeitos da certidão negativa a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva, ainda que a exigibilidade dos créditos esteja ativa.
- E** A dispensa da prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar da prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, somente será cabível quando existir disposição legal permissiva.

Questão 41

Decretada a falência de certa empresa, observou-se que contra ela havia créditos trabalhistas e créditos tributários, os quais eram de titularidade da União e do respectivo estado, e multas tributárias, sem prejuízo dos créditos extraconcursais surgidos no decorrer do processo falimentar.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STF,

- A** os créditos tributários possuem privilégio absoluto, prevalecendo, inclusive, sobre os créditos trabalhistas.
- B** não é possível a fixação de limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho, considerado o privilégio absoluto de que gozam tais valores.
- C** para os créditos tributários da União e do estado em questão, há concurso de preferência, com preponderância do ente central.
- D** os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos após a decretação de falência serão considerados extraconcursais.
- E** na ordem de preferência, a multa tributária está logo atrás dos créditos quirografários e subordinados.

Questão 42

A respeito do crédito tributário, assinale a opção que apresenta hipótese de exclusão.

- A** moratória
- B** isenção
- C** pagamento
- D** parcelamento
- E** remissão

Questão 43

Conforme o Código Tributário Nacional e a jurisprudência do STF, é vedada divulgação, por parte da fazenda pública, de informações dos contribuintes relativas a

- A** parcelamento.
- B** representação fiscal para fins penais.
- C** moratória.
- D** movimentação bancária.
- E** inscrição na dívida ativa das fazendas públicas.

Questão 44

Determinado auditor fiscal municipal, verificando que certa atividade envolvia a prestação de serviço e o fornecimento de mercadoria, em consulta à lista anexa de serviços da Lei Complementar n.º 116/2003, observou que a atividade em questão era inerente a determinado serviço elencado naquela lei e, ato contínuo, realizou o lançamento do ISS.

Nessa situação hipotética, levando em conta a Constituição Federal e a Lei Complementar n.º 116/2003, bem como a jurisprudência do STF, é correto afirmar que a tributação

- A** é inválida, porquanto a incidência do ISS depende da denominação expressa dada ao serviço a ser tributado.
- B** é válida, porquanto a lista de serviços sujeitos à incidência do ISS possui caráter meramente exemplificativo, sendo válida a interpretação ampliativa.
- C** é válida, porquanto, nada obstante a lista de serviços sujeitos à incidência do ISS possua caráter taxativo, admite-se a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados na legislação de regência, em razão da interpretação extensiva.
- D** é inválida, porquanto, com relação a atividades mistas, prevalece sempre a incidência do ICMS.
- E** é inválida, porquanto a lista de serviços sujeitos à incidência do ISS é taxativa, não sendo admitida a interpretação extensiva em relação aos termos nela veiculados.

Questão 45

No ano de 2016, um estado da Federação instituiu, unilateralmente, determinado benefício fiscal de ICMS, alusivo ao setor de indústrias de refrigerantes.

Acerca dessa situação hipotética, observada a Constituição Federal, a Lei Complementar n.º 160/2017 e a jurisprudência do STF, assinale a opção correta.

- A** A instituição do benefício fiscal de ICMS unilateralmente é compatível com o texto constitucional.
- B** Nada obstante a instituição unilateral do benefício fiscal seja incompatível com o texto constitucional, é possível, mediante convênio firmado no âmbito do CONFAZ, a reinstituição do benefício fiscal, desde que este não esteja mais em vigor.
- C** Nada obstante a instituição unilateral do benefício fiscal de ICMS seja incompatível com o texto constitucional, é possível, mediante decreto legislativo, a remissão dos créditos tributários decorrentes daquele benefício.
- D** Nada obstante a instituição unilateral do benefício fiscal de ICMS seja incompatível com o texto constitucional, é possível, mediante convênio firmado no âmbito do CONFAZ, a remissão dos créditos tributários decorrentes daquele benefício, sendo suficiente o voto favorável de, no mínimo, dois terços das unidades federadas.
- E** Nada obstante a instituição unilateral do benefício fiscal de ICMS seja incompatível com o texto constitucional, é possível, mediante convênio firmado no âmbito do CONFAZ, a remissão dos créditos tributários decorrentes daquele benefício, caso haja, cumulativamente, o voto favorável de, no mínimo, dois terços das unidades federadas e, no mínimo, um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do país.

AUDITORIA FISCAL**Questão 46**

No que se refere à definição da amostra de auditoria, seu tamanho e escolha dos seus itens, conforme preceitua a NBC TA 530, assinale a opção correta.

- A** Seleção com base em valor consiste em dividir a população em subpopulações distintas que tenham características similares.
- B** A amostragem em auditoria pode ser feita tanto mediante uma abordagem estatística como não estatística.
- C** O tamanho da amostra não é afetado pelo nível de risco que o auditor está disposto a aceitar.
- D** O tamanho da amostra deve ser determinado pela aplicação de fórmula estatística, não cabendo o exercício de julgamento profissional, pois esse procedimento seria subjetivo.
- E** Seleção aleatória ocorre quando o auditor seleciona a amostra sem seguir uma técnica estruturada.

Questão 47

Conforme a NBC TA 330, o procedimento de auditoria planejado para avaliar a efetividade operacional dos controles na prevenção ou detecção e correção de distorções relevantes no nível das afirmações é denominado

- A** teste de detalhes.
- B** estimativa.
- C** procedimento analítico substantivo.
- D** teste de controle.
- E** procedimento de avaliação de riscos.

Questão 48

O diretor de uma sociedade anônima realizou despesas pessoais com recursos financeiros da empresa e determinou que a contrapartida dessa saída de caixa fosse o lançamento na conta **Duplicatas a receber** de determinado cliente, escolhido aleatoriamente.

Ao deparar-se com essa situação hipotética, e após ter a confirmação negada pelo cliente aleatoriamente escolhido, o auditor deverá concluir pela existência de um

- A** estoque oculto.
- B** passivo oculto.
- C** passivo fictício.
- D** ativo oculto.
- E** ativo fictício.

Questão 49

A situação conhecida como estouro de caixa, que consiste em saldo credor na conta caixa, do ativo circulante, é um indicativo de

- A** inadimplência, ou seja, bens e(ou) estoque adquirido e não pago(s) no prazo acordado.
- B** recebimento de receitas sem o seu devido reconhecimento como resultado do período.
- C** desvios de recursos do caixa da empresa.
- D** pagamento de juros menores do que os contratados.
- E** aplicação equivocada de taxas de depreciação do ativo imobilizado.

Questão 50

Considerando que um auditor esteja elaborando seu programa de auditoria para o passivo de uma empresa, assinale a opção que, no que tange a empréstimos e financiamentos bancários, apresenta um teste aplicável quando o objetivo do auditor for identificar a integridade e a existência dos passivos registrados.

- A** contagem do estoque físico
- B** circularização
- C** análise de ajustes a valor justo
- D** recálculo da depreciação
- E** recálculo da amortização

Questão 51

Mercadoria estrangeira foi importada e chegou ao território brasileiro via porto localizado no estado de Sergipe. Após o desembarço aduaneiro, a mercadoria foi enviada para estabelecimento no estado de Mato Grosso, onde teve a sua entrada física realizada. Deparando-se com essa situação, um auditor fiscal do estado de Sergipe constatou não ter havido o pagamento de ICMS ao seu estado.

Nessa situação hipotética, o auditor fiscal deve

- A** lançar integralmente o crédito de ICMS contra o estabelecimento de entrada da mercadoria, conforme alíquota aplicável.
- B** eximir-se de qualquer procedimento, uma vez que o ICMS será devido no estado de Mato Grosso.
- C** lançar integralmente o crédito de ICMS contra o porto de Sergipe, conforme alíquota aplicável.
- D** lançar o crédito de ICMS contra o estabelecimento de entrada, conforme alíquota interestadual.
- E** eximir-se de qualquer procedimento, pois as importações são isentas de ICMS, conforme a Lei Kandir (Lei Complementar n.º 87/1996).

Questão 52

De acordo com a Lei Complementar n.º 105/2001, as autoridades e os agentes fiscais tributários dos estados somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando

- A** houver expressa autorização do Banco Central do Brasil ou da CVM, a depender da natureza da instituição financeira.
- B** houver prévia e expressa autorização judicial concedida em processo judicial fundamentado.
- C** houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tal exame for considerado indispensável pela autoridade administrativa competente.
- D** houver prévia e expressa autorização das pessoas físicas ou jurídicas sobre quem as informações digam respeito.
- E** se tratar de operações de arrendamento mercantil ou aquisições de moeda estrangeira.

Questão 53

Considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, e as possíveis fraudes que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis, assinale a opção correta.

- A** Caso o auditor tenha identificado uma fraude, ele deve comunicar tempestivamente, salvo se proibido por lei ou regulamento, à pessoa de nível apropriado da administração que têm a responsabilidade primordial de prevenir e detectar fraude em assuntos relevantes no âmbito de suas responsabilidades.
- B** O auditor é o principal responsável pela prevenção e detecção de fraude numa entidade.
- C** O auditor deve manter postura de crença profissional na boa fé subjetiva durante a auditoria, em função da sua experiência passada em relação à honestidade e integridade da administração e dos responsáveis pela governança da entidade.
- D** O risco do auditor não detectar uma distorção relevante decorrente de fraude da administração é menor do que no caso de fraude cometida por empregados.
- E** A fim de detectar fraudes nas demonstrações contábeis, o auditor deve realizar esta etapa do trabalho sem discussão com a equipe de trabalho, de forma a afastar vieses e preconceitos advindos de membros da equipe que já tenham auditado a entidade.

Questão 54

Em seu trabalho, o auditor deve estar apto a distinguir entre um erro e uma fraude com fins fiscais. A principal característica que distingue a fraude do erro é a

- A** falta de qualificação profissional.
- B** relevância.
- C** ineficácia dos controles internos.
- D** ausência de dolo.
- E** intencionalidade.

Questão 55

Em relação aos procedimentos de auditoria descritos na NBC TA 500 (R1), julgue os itens seguintes.

- I** Caso necessário, o auditor pode utilizar o procedimento de reexecução, solicitando que funcionário da entidade realize novamente procedimentos ou controles que foram originalmente realizados como parte do controle interno da entidade.
- II** A indagação a pessoas de dentro ou de fora da entidade pode ser realizada de forma escrita formal ou oral informal e visa obter informações e conhecimentos financeiros e não financeiros sobre o objeto de auditoria.
- III** A confirmação externa, muito utilizada para reafirmar ou não os saldos da entidade, pode ter forma escrita, eletrônica ou ser feita por outras mídias.
- IV** Recálculo é o procedimento, manual ou eletrônico, por meio do qual o auditor verifica a exatidão matemática de documentos ou registros.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

Questão 56

Em auditoria de determinada empresa foi verificada inconsistência no saldo de caixa. Feitos os ajustes cabíveis, chegou-se a uma diferença negativa de mais de R\$ 100 mil entre o caixa ajustado e o caixa escriturado, o que resultou em saldo credor de caixa. Tal ocorrência, do ponto de vista tributário, leva à presunção de

- A** situação prefalimentar da empresa.
- B** falha no registro contábil de alguns pagamentos.
- C** escrituração contábil de pagamentos em valores maiores do que o real.
- D** omissão de receitas pela não emissão de documentos fiscais.
- E** contabilização de receitas maiores do que o efetivamente realizado.

Questão 57

A divisão de uma população em subpopulações que constituam grupos de unidade de amostragem com características similares denomina-se

- A** amostra.
- B** amostragem em auditoria.
- C** estratificação.
- D** subpopulação.
- E** amostragem estatística.

Questão 58

Em trabalhos de auditoria contábil em uma indústria química, o auditor constatou que a empresa avaliava seus estoques de produtos pelo método do custeio por absorção, incorporando aos produtos tanto os custos fixos de produção quanto os custos variáveis. Observou que o rateio dos custos fixos sempre tinha sido realizado com base no número de horas-máquina utilizadas, e que, a partir de uma revisão de metodologia, feita por consultoria especializada e com apoio em parâmetros técnicos, o critério de rateio havia sido substituído pelo volume de matéria-prima processada, o que implicou maiores custos unitários dos produtos estocados. A mudança foi alvo de nota explicativa, comparando resultados antes e depois da nova metodologia.

Considerando essa situação hipotética, o auditor deve

- A** solicitar esclarecimentos à administração, tendo em vista a inadequação do critério escolhido e seus impactos fiscais.
- B** apontar aos gestores que o critério escolhido é inadequado.
- C** alertar a administração da entidade sobre a inadequação do custeio por absorção para custeio de estoques.
- D** abster-se de realizar qualquer observação, pois a metodologia de custeio está ajustada às normas vigentes.
- E** ressaltar no relatório de auditoria que a mudança de critério gerou superavaliação no custo dos estoques.

Questão 59

Uma entidade adquiriu um veículo a prazo. O veículo foi adquirido por R\$ 100 mil e o total de parcelas a pagar montou a R\$ 150 mil. Por ocasião da auditoria, foram realizados testes de sub e superavaliação de várias contas patrimoniais e de resultado. Os testes, principal e secundário, adequados à avaliação da conta do ativo imobilizado são, respectivamente,

- A** superavaliação do ativo e superavaliação do passivo.
- B** subavaliação do ativo e superavaliação de despesas.
- C** superavaliação do ativo e subavaliação do passivo.
- D** subavaliação de despesas e superavaliação do ativo.
- E** subavaliação do passivo e superavaliação de despesas.

Questão 60

Nos termos da NBC TA 200 (R1), as demonstrações contábeis sujeitas aos trabalhos de auditoria são

- A** o balanço patrimonial, a demonstração de resultados do exercício, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- B** as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança.
- C** todas as oferecidas ao auditor pela administração da entidade, desde que assinadas por um contador.
- D** o balanço patrimonial, a demonstração de resultados do exercício e a demonstrações dos fluxos de caixa.
- E** todas as previstas para tal na Lei n.º 6.404/1976.

Espaço livre